



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: DESAFIOS À FORMAÇÃO ACADÊMICO PROFISSIONAL NO MARANHÃO

CARLA CECÍLIA SERRÃO SILVA¹

CLEONICE CORREIA ARAÚJO²

CRISTIANA COSTA LIMA³

MARLENE CORRÊA TORREÃO⁴

SELMA MARIA SILVA DE OLIVEIRA BRANDÃO⁵

RESUMO

Oferece contribuições para o debate étnico-racial na formação no Maranhão, tomando como referência os Projetos Pedagógicos dos Cursos presenciais. Ao contextualizar o aporte teórico-metodológico do debate, aponta para a sua recente construção, embora reconheça seus avanços. Por fim, identifica lacunas na formação graduada, apontando perspectivas para o avanço de uma formação antirracista.

Palavras-Chave: Formação acadêmico-profissional; Projeto ético-político; Questão étnico-racial; Serviço Social.

ABSTRACT:

It offers contributions to the ethnic-racial debate in training in Maranhão, taking as a reference the Pedagogical Projects of in person courses. When contextualizing the theoretical methodological contribution of the debate, it points to its recent construction, although it recognizes its advances. Finally, it identifies gaps in graduate training, pointing out perspectives for the advancement of anti-racist training.

Keywords: Academic-professional training; Ethical-political project; Ethnic-racial issue; Social Work.

¹ Universidade Federal do Maranhão

² Universidade Federal do Maranhão

³ Universidade Federal do Pará

⁴ Universidade Federal do Maranhão

⁵ Universidade Federal do Maranhão

INTRODUÇÃO

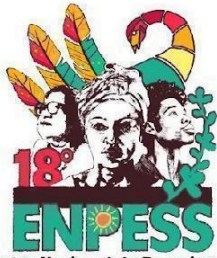
Compreendemos que embora o debate étnico-racial não seja recente, no âmbito do Serviço Social, como menciona Almeida (2013) ao referir-se ao engajamento de assistentes sociais na luta antirracista desde os anos de 1980, a busca de estratégias para fortalecer uma formação antirracista na profissão, têm ganhado força nos últimos anos.

Reconhecidamente foi a partir dos anos 2010, quando as entidades da categoria CFESS/ABEPSS passaram a assumir tal compromisso, no sentido de construir uma agenda política antirracista para o Serviço Social, que tal debate vem ganhando adensamento. Desde lá, foram vários os esforços empreendidos, aos quais merece destaque neste contexto, a Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020) e a recente Plataforma Antirracista (2018).

Todavia, é necessário evidenciar que tal debate ainda necessita de maiores avanços, sobretudo, considerando a incipiente incorporação no processo formativo dos assistentes sociais. Ademais, tomando como referência a realidade do Maranhão, em face dos desdobramentos das estruturas de desigualdades historicamente construídas na particularidade desse Estado, que tem subalternizado e vulnerabilizado os povos originários, quilombolas, população negra, dentre outros; ratifica-se a necessidade de avançarmos nesta discussão, como elemento fundamental à compreensão das expressões da questão social desde o processo histórico da formação social no período de colonização, aos dias de hoje, em que o preconceito e a discriminação implícita e ou explícita, ainda se encontram enraizados dando centralidade à reprodução da desigualdade racial nesta unidade da federação.

Neste sentido, o presente artigo, busca apresentar as particularidades da questão étnico-racial, objetivando investigar como este debate tem sido implementado na formação graduada no Maranhão, tomando como referência os projetos pedagógicos das seguintes Unidades de Formação Acadêmicas, que atuam na modalidade presencial, na capital São Luís: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade CEUMA e Faculdade de Ciências e Saúde - EDUFOR. Como processo metodológico, trabalhamos ainda como material de análise, a síntese dos debates travados na 7ª. edição do Projeto “ABEPSS Itinerante” cujo tema abordou “As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos”.

PARTICULARIDADES REGIONAIS NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DO CURSO DE



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO

O contexto econômico e político do Maranhão tem sido moldado pelo alinhamento ao modelo de desenvolvimento dependente adotado historicamente no Brasil. Sendo um estado com forte tradição agrícola, o Maranhão enfrentou as consequências da modernização conservadora, marcada pelo avanço do capitalismo no campo por meio de processos conflituosos e violentos que caracterizam a questão agrária brasileira, especialmente em âmbito estadual.

Analisar a questão regional como questão social implica entender que esta é intrínseca ao processo de desenvolvimento do capital. Concordamos com o conceito adotado por Francisco de Oliveira (2008), de que a região deve ser compreendida como o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e uma forma especial de luta de classes, em que o econômico e o político se fundem e assumem uma forma particular de se manifestar no produto social e nos pressupostos de reprodução.

A Amazônia brasileira corresponde a 60% do território nacional e abrange, em sua totalidade, toda a Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima) e parte do Estado do Maranhão, no Nordeste. Em seus quase 05 (cinco) milhões de km², abriga um contingente populacional de 18,7 milhões de habitantes, o que corresponde a 12% da população nacional, com uma densidade demográfica de aproximadamente 3,46 hab./km², estando, assim, bem abaixo da média nacional que é de aproximadamente 17 hab./km²(Pandolfo, 1994).

O processo de colonização promovido pelo Estado na região amazônica, a partir da segunda metade da década de 60 do século XX, no bojo do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista (Fernandes, 2006), tinha por objetivo distribuir terras devolutas ao capital, ignorando a existência dos povos originários. Para povoar a região, os grupos capitalistas foram beneficiados pelo poder público com isenção de impostos, incentivos fiscais, juros simbólicos. Foi nessa amálgama que se efetivou a expansão capitalista na região, unindo Capital e Estado.

Esse processo expulsou significativo contingente de nações indígenas de seus territórios e promoveu a expansão de grupos econômicos na região. O processo de colonização da Amazônia nas últimas décadas foi realizado de forma extensiva, agressiva e repressiva, promovido pela burguesia e dizimando grande quantidade de povos nativos.

Assim, a formação da sociedade maranhense tem como base o saqueamento das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

riquezas minerais e a destruição da população aborígene, como fatores fundamentais no movimento de acumulação original. Em termos de produção, com área territorial de 331.983 km², o estado concentra sua economia em práticas caracterizadas pelo agronegócio, com os complexos de soja, alumínio, celulose, ferro, milho, ouro, algodão e proteína animal como principais produtos mais exportados em 2021 e 2022 (IMESC, 2023).

Por meio da implantação de megaprojetos, entre os impactos gerados estão desde grilagem e ocupação ilegal de terras até devastação da biodiversidade local, passando por desvio no curso de rios, desmatamento e impactos sociais, como êxodo rural, desarticulação de territórios indígenas e quilombolas locais. São populações atingidas pela Estrada de Ferro Carajás, de 892 km de extensão, que passa por mais de 100 povoados, de 23 municípios do Maranhão e quatro do Pará. Empobrecidas, essas populações veem a riqueza mineral apenas passar por seus olhos, transportada pela ferrovia.

A Igreja Católica iniciou sua ação social em 1917, desenvolvendo atividades missionárias entre os indígenas. A partir da década de 1930, a Igreja intensificou sua atuação por meio da organização de grupos de representantes do laicato católico, formados por figuras proeminentes da sociedade. Na década de 1950, a Igreja ampliou sua presença no campo social com projetos ambiciosos no meio rural (Silva, 2023). O Maranhão vive um processo de transformações econômicas, sociais, política, cultural e étnica, com articulação de lutas sociais no campo, onde avança a organização dos camponeses articulada ao movimento nacional cujo principal marco é a “Greve de 51”, em São Luís, sob a ordem política oligárquica constituída com base no patrimonialismo e no clientelismo do Governo de Vitorino Freire. É nesse contexto da realidade maranhense que deve ser analisado o surgimento do primeiro curso de Serviço Social no estado, a partir da ação da Igreja Católica e o Estado.

Em 1952, o arcebispo Dom José Delgado assumiu a diocese de São Luís, promovendo um significativo avanço na ação social da Igreja. Nesse cenário, a ação arquidiocesana foi estabelecida com o objetivo de prestar assistência material e espiritual aos bairros pobres de São Luís. Nesse contexto, a Arquidiocese de São Luís fundou a Escola Maranhense de Serviço Social. Essa iniciativa foi realizada pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade (Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado).⁶

⁶ A escola foi inaugurada em 2 de abril de 1953 e reconhecida como de utilidade pública pela Lei nº 1.114 de 31 de dezembro de 1953. O Curso de Serviço Social no Maranhão consolida-se quando recebeu o reconhecimento do Governo Federal pelo Decreto nº 39.082, de 30 de abril de 1956. A Escola de Serviço Social passa a denominar-se Faculdade de Serviço Social, sendo agregada à Universidade Católica do Maranhão, criada pelo Decreto nº 47.784, de 10 de fevereiro de 1960, e reconhecida pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 50.832, de 22 de junho de 1961. A Faculdade de Serviço Social passa a integrar a Fundação Universidade do Maranhão, em 1967, constituída pelo Governo Federal pela Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966 (Silva, 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

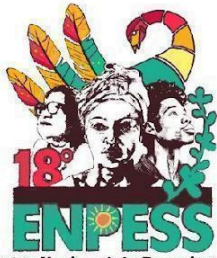
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A expansão do Serviço Social no Maranhão ocorreu intensamente durante a década de 1960 e início de 1970, após o fim da oligarquia de Vitorino Freire, rompido pela eleição de José Sarney ao governo do estado em 1965, marcando o início do chamado “Maranhão Novo”. É ao longo dessa década, no bojo do modelo autocrático-burguês, que avança no estado o movimento de modernização conservadora e que a influência da Igreja católica na formação das primeiras assistentes sociais começa a ser abalada e tem início um processo de laicização.

Na revisão curricular de 1970, o Curso de Serviço Social da UFMA orientou-se pela “racionalidade técnica e administrativa do projeto de modernização conservadora da Ditadura Militar de 1964 e agregou diretrizes do projeto desenvolvimentista implantado por José Sarney, que demandava profissionais qualificados para atuarem na área de planejamento, da assistência, da extensão e na ação comunitária dos programas implantados pelo governo a época.

É nessa mesma década que, no Maranhão, são intensificadas a mobilização e a rearticulação de forças de oposição frente ao agravamento da questão social, sobretudo provocada pela implantação do Projeto Grande Carajás. Estes questionamentos implicaram no tensionamento aos paradigmas positivistas, base do Serviço Social, e articulavam-se a partir de eixos estratégicos no sentido da construção de um projeto alternativo de profissão que, dentre outros, tem a ver com a formação de alianças com setores e movimentos populares, a educação popular na perspectiva do compromisso com as demandas das classes populares, além da investigação-ação, no sentido de construir um saber que altere a realidade. É nessa década que a ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social), presidida pela professora da UFMA Josefa Batista Lopes, dá início à discussão de uma nova proposta curricular, em 1979, aprovada pelo MEC em 1982, no qual a formação está embasada em categorias como totalidade e historicidade a partir do pensamento marxista.

O processo de revisão curricular do Curso de Serviço Social da UFMA, realizado na segunda metade da década de 1970, teve uma forte influência dos debates e das experiências de educação popular que já vinham acontecendo na UFMA, o que levou ao processo de formulação da nova proposta curricular a partir da participação efetiva do curso de Serviço Social nos debates nacionais promovidos pela ABESS. Esse processo foi motivado pelas professoras do Departamento que retornavam do curso de mestrado; pela rearticulação do movimento estudantil de Serviço Social e contribuição desse grupo no processo de criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e da Associação Profissional de Assistentes Sociais do Maranhão (APAS-MA). Vários seminários foram realizados com o intuito de discutir a nova proposta, os conteúdos das disciplinas, os programas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A partir dos anos 1990 uma nova lógica curricular é apontada trazendo para o debate a concepção de profissão com base na categoria trabalho e questão social. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 foram resultado de amplo debate da categoria que culminou na elaboração de um projeto de formação profissional que requer um perfil profissional, capaz de abarcar configurações sócio-históricas da sociedade, que apontam para a crítica à sociabilidade burguesa e a apreensão da realidade em sua totalidade e complexidade. Ou seja, para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. É o que trataremos no item a seguir.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E O APORTE TEÓRICO METODOLÓGICO PARA O DEBATE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICO PROFISSIONAL

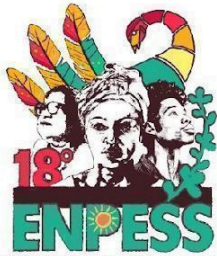
A inserção do debate da questão étnico-racial na formação profissional de assistentes sociais é recente e sinaliza um processo dialético permanente, portanto atual, de ruptura com acepções tradicionais e conservadoras de recusa histórica do reconhecimento dessa questão no âmbito do Serviço Social brasileiro. A esse respeito, Moreira (2020) se pronuncia destacando que se trata de uma

[...] construção tecida coletivamente, especialmente a partir do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que ocorreu em 1989. (...) o VI CBAS é o principal marco de referência para esse debate no interior da profissão, tendo em vista que foi a partir desse momento que as Assistentes Sociais negras, que também atuavam no movimento negro e/ou de mulheres, começaram a se organizar para apresentarem teses sobre a temática no maior evento da categoria profissional (Moreira, 2020, p. 84).

Importa realçar os espaços coletivos de debate e o protagonismo de assistentes sociais negras, conforme pontua o autor, ao reafirmar um

[...] acúmulo... caudatário desse legado construído coletivamente por essas profissionais negras, uma vez que esse movimento se constituiu como fator decisivo para trazer o debate para o interior do Serviço Social. O VI CBAS, ocorrido dez anos após o “Congresso da Virada” de 1979 e no bojo do processo de redemocratização no país, se tornou, portanto, essa referência na história profissional, cujo pioneirismo advém da inquietação e tensionamento dessas Assistentes Sociais que identificavam a ausência dessa discussão na profissão (Moreira, 2020, p. 84).

É indiscutível que a formação profissional do Serviço Social sofre interferências das questões que estruturam as relações sociais, o que aponta para a questão étnico-racial como indissociável do processo de estruturação das relações de produção e acumulação capitalista no Brasil. Isto exige o envolvimento da profissão com a gênese do racismo e suas conexões no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contexto de uma sociedade apartada por relações de classe e de raça.

A questão étnico-racial encontra-se organicamente articulada a questões econômicas sedimentadas no contexto colonial, materializadas na estrutura capitalista até a realidade atual. Daí a essencialidade de sua compreensão e desvendamento crítico no contexto de uma profissão inserida na trama das relações entre classes sociais e raças, e destas, com o Estado. Uma profissão que construiu na contemporaneidade uma direção social balizada por um referencial teórico-crítico fundamentado na apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade tendo a categoria trabalho centralidade na compreensão das relações sociais, de forma que trabalho e questão social possuem uma articulação intrínseca.

A incorporação do referencial teórico-crítico de inspiração marxista tem proporcionado a apreensão da dinâmica da sociedade e as possibilidades históricas de transformação da realidade, além de constituir um determinante sócio-histórico importante que fundamenta as normativas regulatórias compostas pela Lei n. 8.662/1993 que regulamenta a profissão e apresenta o Código de Ética instituído pela Resolução n. 273 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 1993. A partir dessas normativas é construído um amplo processo de debates e mobilizações em torno da proposição de Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Importante ressaltar que Código de Ética dispõe dentre os seus princípios fundamentais o reconhecimento da liberdade como valor ético central e o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 2011, p. 23).

Costa (2021) assente que, embora a pauta para inserir o debate étnico-racial na formação profissional de assistentes sociais seja recente, ela vem assumindo mais consistência no conjunto da categoria. A autora destaca como um importante marco o lançamento da cartilha “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, em 2018, durante o XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ocorrido em Vitória (ES), quando muitos cursos de Serviço Social passaram a adotar o conteúdo em seus projetos pedagógicos.

Nessa perspectiva as atuais Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) constituem um dos maiores avanços para a formação de assistentes sociais visto que objetivam assegurar uma formação qualificada, generalista que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

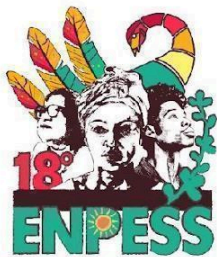
permita as (aos) profissionais a compreensão do conjunto das contradições e complexidades da sociabilidade do capitalismo, o que inclui os espaços sócio-ocupacionais dessas (es) profissionais, a relação com os (as) denominados (as) usuários (as) e suas condições de vida.

Obviamente, a formação antirracista não propõe um receituário que determina o que deve ser feito, mas apresenta um conjunto de reflexões acerca dos processos que envolvem o racismo no Brasil, que – dentre as suas diversas expressões – tem na desumanização e violação de direitos uma forma específica de operar, permitindo ou não acesso a determinados direitos. Dentre as suas expressões mais contundentes destaca-se, a imposição de condições precárias de vida, o encarceramento em massa e o extermínio dos corpos da população negra.

Segundo levantamento da Rede Observatórios de Segurança (2022), a cada quatro horas uma pessoa negra é morta pela polícia no Brasil. Das mais de 2.600 mortes em ações policiais em 2020, 82,7% das pessoas eram negras. O Maranhão teve um aumento de 32,6% no número de registros de injúria racial ao longo de 2022, em comparação a 2021, conforme dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Segundo o levantamento feito pelo Conselho Indigenista Missionário, o estado figura como o quinto com o maior número de assassinatos registrados de pessoas indígenas do país. A informações e dados apontam para uma realidade questionada por sujeitos que tem ampliado o debate sobre a questão racial intensificando as discussões, tendo em vista o compromisso, a prevenção e o enfrentamento ao racismo.

A dimensão política do projeto ético-político profissional do Serviço Social é enunciada no posicionamento em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; e na vinculação a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, raça-etnia e gênero.

Nesta direção é importante realçar os avanços no debate étnico-racial mediante um conjunto de iniciativas desencadeadas pelas Entidades organizativas da categoria CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS, como a criação e o desenvolvimento do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” da ABEPSS; a campanha do CFESS “O Serviço Social: Mudando o rumo da história”, de 2003; o “39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS” que aprovou a defesa das políticas afirmativas e cotas raciais por parte do Serviço Social; a brochura do CFESS publicada em 2016: “Assistente Social no combate ao preconceito - Caderno 3 ‘Racismo’”; a elaboração e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mobilização em torno do documento “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate” (2017); o lançamento da recente campanha de gestão do conjunto CFESS/CRESS (2018-2021): “Assistentes Sociais no combate ao racismo” lançada pelo CFESS em 2018; as edições do “CFESS Manifesta”, em alusão ao 20 de novembro; dentre outras iniciativas promovidas pelos cursos de graduação e pós-graduação.

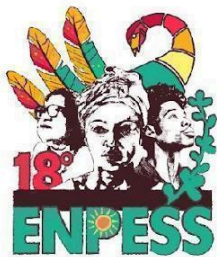
Observamos que o conjunto CFESS-CRESS e demais entidades organizativas da categoria, além da produção intelectual em que esse debate se expressa, tiveram protagonismo importante ao assumirem o compromisso de aprofundar e socializar o debate da questão étnico-racial. No conjunto de iniciativas destaca-se a 7ª Edição do Movimento ABEPSS Itinerante no ano em curso com o tema “As Diretrizes Curriculares, o Debate Étnico racial e os Projetos Pedagógicos”. As atividades implementadas pelos estados mediante Unidades de Formação Acadêmicas (UFA's) em Serviço Social que compõem as Regionais da ABEPSS tem como objetivo o fortalecimento do debate sobre o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro na perspectiva antirracista, a fim de possibilitar a interlocução e difusão de propostas pedagógicas.

Necessário se faz o reconhecimento crítico dos limites e possibilidades, quanto aos avanços para a consolidação de uma formação acadêmica antirracista. Portanto, cabe a atenção à análise dos projetos pedagógicos das UFAs, bem como, a identificação de questões e desafios postos para garantir o aprofundamento do referido debate no sentido de reafirmar a direção social contida nas Diretrizes defendidas pela ABEPSS para o Serviço Social brasileiro.

O DEBATE ÉTNICO-RACIAL NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO: desafios e perspectivas

Nesta sessão do trabalho, discutimos a formação antirracista nos Cursos de Serviço Social, tendo como referência empírica as Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) que atuam na modalidade presencial e que participaram da 7ª. edição do Projeto “ABEPSS Itinerante”⁷ cujo tema abordou “*As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos*”.

⁷ Foram elegidas para realização desse estudo os cursos das seguintes Unidades de Formação Acadêmicas, assim, identificadas: UFA1 – curso de Serviço Social da Universidade Ceuma; UFA2 – curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências e Saúde EDUFOR e UFA3 – curso de Serviço Social da Universidade Federal do Ma/UFMA



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O estudo articula-se à proposta da ABEPSS de aprofundar o debate sobre a questão étnico-racial no âmbito da formação, conforme ilustra o documento “*Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social*”, entre os principais desafios para o avanço desse debate figura a necessidade da incorporação nos currículos e projetos pedagógicos dos cursos.

Essa realidade tem implicações diretas para o Serviço Social como profissão, que se contrapõe a toda forma de preconceito e opressão, incentivando o respeito, a diversidade e a participação de grupos socialmente discriminados. Além disso, o Serviço Social desde os anos 1970 vem construindo um projeto de profissão sustentado por um arcabouço teórico metodológico direcionado pela apreensão da realidade sob a orientação de um projeto ético político vinculado às lutas da classe trabalhadora e na busca do reconhecimento da liberdade como valor ético-central (CFESS, 2012).

Dessa forma, com vistas a identificar nos projetos pedagógicos dos cursos os principais avanços quanto a inserção de ações estratégicas para ampliação e consolidação do debate da questão étnico-racial, e considerando os três eixos constitutivos basilares da formação – ensino/pesquisa/extensão – privilegiamos os seguintes elementos para realização de nossa análise: no *eixo ensino*, verificar a existência de disciplinas específicas ou somente que abordam o conteúdo étnico racial, observando a natureza da disciplina, carga horária e bibliografia; no *eixo extensão*, identificar as iniciativas ou atividades promovidas em torno desse debate e, por fim, no âmbito do *eixo pesquisa*, examinar a constituição de núcleos de estudos ou grupos pesquisa desenvolvidos na área.

No eixo ensino, constatamos que embora o debate da “questão étnico-racial” já compareça nos projetos pedagógicos e nos currículos das três unidades de formação acadêmicas, ainda não tem sido reconhecido como um dos conteúdos fundamentais da formação profissional, sendo incorporado de forma secundarizada, como bem elucida os dados extraídos da pesquisa documental:

Quadro 1 – Incorporação do debate étnico-racial no eixo ensino, nos projetos pedagógicos:

UFAS	ANO DOP PC	DISCIPLINA ESPECÍFICA, NATUREZA E CH	DISCIPLINAS QUE ABORDAM O TEMANO PPC
UFA 1	2021	Não possui	Antropologia
UFA 2	2018	Não possui	Formação Sócio-histórica Brasileira; Práticas Interdisciplinares III;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

UFA 3	2016	Relações Étnico-Raciais no Brasil e o Serviço Social, obrigatória com 30h	Movimentos Sociais e Serviço Social; Serviço Social e Questão Social I
----------	------	---	---

Fonte: Elaboração própria com base de dados extraídos dos projetos pedagógicos dos cursos das UFAS, 2024.

É importante mencionar, que o curso da UFA2 dá indicação de que a abordagem do debate étnico-racial, atravessa outras disciplinas, como consta no corpo PPC do curso, o conteúdo, atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo trabalhado nas disciplinas de Comunicação Contemporânea; Homem e Sociedade; e Atividades de Complementação Profissional, Formação Sócio-histórica Brasileira, Tópicos especiais em Serviço Social I, Tópicos Especiais em Serviço Social II e Práticas Interdisciplinares III nos Seminários e eventos do curso e nas Práticas Interdisciplinares III (PPC 2018, UFA2). Entretanto, foi possível notar mediante o exame das ementas e bibliografias, de que a abordagem do tema étnico-racial, comparece apenas nas disciplinas de formação sócio-histórica brasileira e em práticas interdisciplinares III, como explicitamos no quadro 1.

Outro ponto relevante, a ser destacado, refere-se à insuficiência argumentativa da direção assumida na formação profissional em Serviço Social, na abordagem da questão étnico-racial nos projetos pedagógicos dos cursos na perspectiva de totalidade. Quando analisamos os componentes curriculares, eles nos dão indicação da insuficiência argumentativa da direção assumida na formação profissional em Serviço Social, na abordagem da questão étnico-racial de forma articulada aos núcleos de fundamentação, que via de regra, aparece como temática ou sob o argumento da transversalidade, o que justifica a inserção de disciplinas obrigatória ou optativa para a abordagem do “assunto” em tela, distanciada, portanto, da perspectiva de totalidade defendida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). A análise nos projetos pedagógicos, denotam essa assertiva, como podemos visualizar em um dos projetos pedagógicos dos cursos:

UFA1: Em cumprimento a Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004 os conteúdos sobre relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, são ministrados na disciplina de Antropologia, sendo também contemplados nas atividades acadêmicas complementares. Esses conteúdos também são tratados de maneira transversal no conteúdo de outras unidades curriculares do Curso (PPC 2021, UFA1, p. 134).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em sintonia com as referidas Diretrizes Curriculares (1996), o debate étnico-racial na direção da totalidade, implica abordar os mais diversos conteúdos formativos nos três núcleos de fundamentação, segundo uma lógica curricular inovadora, ou seja: o teórico-metodológico da vida social, o de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o de fundamentos do trabalho profissional. Nesta direção, os debates travados na oficina local do ABEPSS Itinerante, dão indicação de que ainda nos deparamos com fortes lacunas para tal consolidação. Corroborando com tal asserção, assim se colocou uma coordenadora de Curso presente na Oficina:

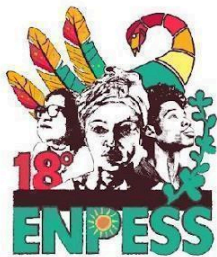
No campo da formação, é essencial que a discussão sobre questões étnico-raciais seja integrada à estrutura dos cursos, não apenas de maneira transversal nas disciplinas, mas como um componente fundante. Isso requer modificações nas ementas e uma revisão bibliográfica cuidadosa para assegurar que o tema seja abordado de forma aprofundada e constante ao longo do processo educativo. Além disso, é essencial envolver a sociedade civil, especialmente os movimentos sociais focados em questões étnico-raciais. Essa articulação deve envolver tanto estudantes quanto professores, promovendo projetos de extensão e intervenções que integrem cultura, arte e música como ferramentas para um debate mais rico e inclusivo.

A incorporação do debate na perspectiva de totalidade, implica também o seu imbricamento com a pesquisa e extensão, elementos constitutivos e inerentes para consolidação de uma formação antirracista. Neste sentido, concordamos com Elpídio (2024) de que, ao reivindicar a centralidade de uma formação antirracista, pressupõe-se uma aproximação da práxis antirracista, ancorada no ensino, pesquisa e extensão como contribuição do serviço social neste movimento mais amplo da sociedade (ABEPSS, 2018).

Neste aspecto, ao analisarmos os projetos pedagógicos dos cursos, os dados são reveladores quanto a necessidade de maiores avanços no que concerne à pesquisa e extensão, como podemos observar:

Quadro 2 – Incorporação do debate étnico-racial no PPC - eixo pesquisa e extensão:

UFAS	EXISTÊNCIA DE PROJETOS E/OU ATIVIDADES DE EXTENSÃO	EXISTÊNCIA DE NÚCLEO DE ESTUDOS E/OU GRUPOS DE PESQUISA
UFA 1	Não explicitado no PPC	Não explicitado no PPC
UFA 2	Prática Interdisciplinar III – consiste em um projeto com Quilombolas e indígenas retratando as expectativas da atualidade no que tange aos problemas e às ameaças às	Não explicitado no PPC



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

	comunidades do Maranhão	
UFA 3	Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnicos, Raciais, Mulheres e Feminismos (GERAMUS)	Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnicos, Raciais, Mulheres e Feminismos (GERAMUS)

Fonte: Elaboração própria com base de dados extraídos dos projetos pedagógicos dos cursos das UFAS, 2024.

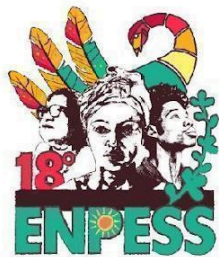
Cabe ressaltar, que embora a UFA2 não dispunha de grupos ou núcleos de pesquisa específicos sobre a tema, tem desenvolvido no escopo das atividades consubstanciadas na disciplina de práticas interdisciplinares III, uma proposta de pesquisa empírica acerca das ameaças, dificuldades, problemáticas e políticas públicas voltadas aos povos Quilombolas e Indígenas do Estado do Maranhão.

Em relação ao curso da UFA 3, é importante referenciar, que sua concepção de extensão, privilegia uma acepção que supera a noção delimitada e restrita a um campo específico da Formação. O projeto pedagógico do curso é claro, ao concebê-la como atividade que “adquire status de atividade científica, tornando-se parte indissolúvel do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão” (PPC 2016, UFA3, p. 79). No caso, específico do referido curso, a extensão universitária historicamente se apresentou como um importante mecanismo de mediação entre o ensino e pesquisa. Sobre isto Brandão (2018) menciona que:

na estrutura do curso, a extensão constitui-se como instrumento retroalimentador das atividades de ensino e pesquisa, dada sua condição privilegiada de, a partir deste contato, produzir conhecimento, sistematizá-lo e transmiti-lo, contribuindo assim, para consolidação da relação transformadora da Universidade na sociedade (Brandão, 2018, p. 120).

Observamos que o alargamento do debate das relações étnico-raciais no âmbito da pesquisa e extensão nos cursos, impõe-se ainda como uma tarefa imperiosa, sendo reconhecidamente apontada, pelos participantes do ABEPSS itinerante, que expuseram a necessidade de:

Disseminar nos espaços de formação a temática étnico-racial, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, além da promoção de debates, oficinas e rodas de conversas com certificação. No âmbito da pesquisa e da extensão é importante iniciativas que tenham investimentos e direcionamentos para o público negro e indígena (Depoimentos, extraídos do documento de relatoria da Oficina local do ABEPSS Itinerante 2024).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

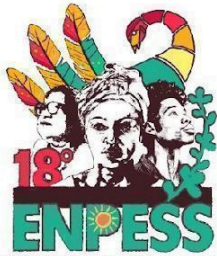
Certamente, os dados levantados sobre a incorporação do debate étnico-racial nos projetos pedagógicos, dão indicativos, acerca da necessidade de amadurecimento teórico político do Serviço Social sobre a questão em tela, o que impõem às entidades organizativas da categoria, docentes, discentes e demais assistentes sociais, grandes desafios na construção de táticas e estratégias de consolidação do projeto profissional crítico, que passa necessariamente, pelo fortalecimento de uma formação acadêmico-profissional antirracista.

Para tanto, além da necessidade de revisitar e adensar os projetos pedagógicos na direção proposta pelas Diretrizes Curriculares de 1996, um conjunto de proposições se colocam como instrumentos efetivos nesta luta e apontam para construção de perspectivas, como destacado nas falas das participantes da Oficina local do ABEPSS Itinerante 2024, aqui sinteticamente elencados:

- Articular a luta antirracista com a luta anticapitalista, pois o racismo estrutural está profundamente enraizado em nossa sociedade;
- Considerar a função pedagógica dos profissionais de Serviço Social e construir estratégias que promovam a conscientização e ação em relação às questões étnico raciais, envolvendo não apenas os profissionais, mas também a população usuária como aliada.
- Considerar o apoio do CRESS, como fortalecedor do debate étnico-racial em locais onde o profissional se sente fragilizado enquanto classe trabalhadora para realizar esse debate e articulá-lo com outros profissionais, sendo assim, a colaboração do conselho e de outras instituições é essencial para promover esse diálogo;
- Inserir os autores (as) negros (as), na formação profissional, a exemplo de: Abdias do Nascimento, Achille Mbembe, Angela Davis, Bell Hooks, Clovis Moura, Frantz Fanon, Lélia Gonzales, Luiz Gama, Malcolm X, dentre outros (as). Até então, há um destaque para a discussão da formação da sociedade brasileira, do desenvolvimento do capitalismo seja de forma mundial ou nacional e da relação capital x trabalho com mais referências eurocêntricas do que de autores (as) negros (as), ou seja, sem vinculação direta com a questão étnica racial (Depoimentos, extraídos do documento de relatoria da Oficina local do ABEPSS Itinerante 2024).

Estas ações em conjunto, confrontam e desnaturalizam o mito da democracia racial, o racismo institucional e acadêmico, que dão, ainda, a tônica de uma universidade seletiva e pouco democrática. Isto posto, podemos afirmar que urge avançarmos nas ações práticas comprometidas com a construção de um projeto de formação profissional antirracista e anticapitalista, que reconheça o significado sócio-histórico do debate étnico-racial para o Serviço Social brasileiro, como condição fundante para solidificarmos os princípios do nosso projeto ético político.

CONCLUSÃO



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

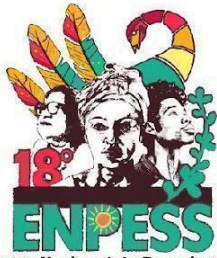
Torna-se imperativo que a formação profissional em Serviço Social permita identificar questões e desafios impostos por uma conjuntura adversa na perspectiva de formar profissionais efetivamente comprometidas(os) com a qualidade dos serviços ofertados nos espaços sócio-ocupacionais e com a construção de um novo projeto societário. Neste sentido, entendemos que a questão étnico-racial, a despeito dos avanços, precisa ser mais debatida no contexto do Serviço Social brasileiro considerando-se, nesse contexto, as entidades político-organizativas, os espaços sócio-ocupacionais, os espaços de formação, produção e divulgação do conhecimento.

As reflexões apresentadas neste artigo evidenciam que não é mais possível silenciar a questão étnico-racial no âmbito do Serviço Social brasileiro. Os avanços e aprofundamentos do debate associado às lutas sociais dos sujeitos que denunciam o racismo como violação de humanidades apontam nessa direção. No entanto, persistem desafios ainda em aberto a exemplo de um traço característico e histórico da tradição intelectual no Brasil com rebatimentos na profissão: a desconexão entre discurso e ação. Trata-se de uma incoerência que pode conduzir ao reconhecimento, no campo do discurso, da relevância, da necessidade e urgência da temática étnico-racial, sem que isso, efetivamente entre em pauta e seja aprofundado em estudos e traduzido em práticas, tanto na formação quanto no exercício profissional. Identificar e superar essas desconexões constitui um desafio central (Costa, 2021).

Outro elemento importante a destacar refere-se à exigência do trato das relações étnico-raciais na perspectiva histórico-crítica com método, radicalidade sob a ótica da totalidade, visto que se trata de um debate permeado por disputas incluindo-se a perspectiva conservadora com sua lógica identitária e meritocrática. Destaca-se, ainda, o desafio de garantir que o debate étnico-racial qualifique os múltiplos aspectos da formação e do exercício profissional, sobretudo em tempos de avanços da precarização nos âmbitos da formação, das condições de vida e trabalho.

Consideramos que no processo de formação profissional crítica são construídas possibilidades de desvendamento da realidade, particularmente uma realidade que se caracteriza por adversidades adensadas e agravadas com o avanço do conservadorismo reacionário que ameaça a sociedade na medida em que autoriza e legitima a violência contra a população negra mediante ações que se expressam desde ataques individuais à formalização de práticas de extermínio implementadas pelo Estado e seus aparatos repressivos.

Por fim, entendemos que a ruptura com o legado conservador, que marcou a gênese do Serviço Social brasileiro, significou um salto histórico qualitativo na profissão, bem como a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

construção de um Projeto Ético Político Profissional organicamente vinculado a um projeto de sociedade humanamente emancipada. Obviamente que tal Projeto não se consolida, não se sustenta sem rupturas substanciais com os elementos fundantes e estruturantes de um sistema produtor de desigualdades e injustiças. É fundamental a compreensão de que as lutas antirracistas se caracterizam como lutas contra um sistema gerador de barbáries. A luta antirracista, portanto, consiste em avanços substanciais no sentido de consolidação de processos de renovação profissional, no sentido de investir na construção de projetos societários emancipatórios, uma vez que se trata da luta pela preservação das dimensões civilizatórias, humanitárias sem as quais torna-se inviável empreender processos transformadores.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço social**, Vitória, dezembro, 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_soci_22al-201812041419427146430.pdf

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. Extensão Universitária, o elo perdido? Resgate histórico do “Trabalho junto ao pescador artesanal” e suas contribuições para o fortalecimento das lutas sociais em São Luís, nos anos 1980. In: ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa; PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno (Orgs.). **Políticas Públicas**: temas e questões afins. São Luís: EDUFMA, 2018.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A Questão da Transformação e o Trabalho Social**: uma análise gramsciana. São Paulo: Cortez, 1983.

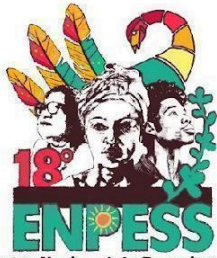
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética da/o assistente social / Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**, 1996.

. **Código de Ética do/da assistente social**. Lei 8642/93 de regulamentação da profissão. 10.ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COSTA, Carmen Ferreira Corato. Ensaio para uma formação antirracista no Serviço Social, **Ser Social**, pandemia de covid-19 e políticas sociais, Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

ELPÍDIO, Maria Helena. **Por uma formação antirracista no Serviço Social**: reflexão orientativa da Diretoria da ABEPSS para o ABEPSS Itinerante, 2004.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. A Vale e o Estado: injustiças ambientais e violação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de direitos. **Revista Não Vale**, [S.l.], 2. ed., [2011]. Disponível em: <<http://www.justicanostrilhos.org/sites/default/files/Revista%20N%C3%A3o%20Vale%202%20-%20vers%C3%A3o%20web%20completa.pdf>>. Acesso em: 28 de jul. 2024

FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. São Luís, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de Interpretação Sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

IMESC. **Boletim de conjuntura maranhense** - 2022. 2023. Disponível em: [4b4f0453c5fb661232bb8d674a0ccefd.pdf \(imesc.ma.gov.br\)](https://www.imesc.ma.gov.br/boletim-de-conjuntura-maranhense-2022-2023). Acesso em: 28 jul. 2024.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier, Serviço social e questão étnico-racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. **Sociedade em Debate**, Pelotas (RS), v. 27, n. 1, p. 83-100 jan./abr. 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma (Re)ligião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira**: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras. Belém: CEJUP, 1994.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Serviço Social no Maranhão: 70 anos de história. **Revista de Políticas Públicas** (UFMA). V.27, N. 2. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. São Luís, 2016.

UNIVERSIDADE CEUMA. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. São Luís, 2021.